

ATA DA 46ª REUNIÃO DE TRABALHO DO CONSELHO DE TURISMO DO PÓLO COSTA DAS DUNAS, REALIZADA EM 18/08/2009 NO HOTEL ESCOLA SENAC BARREIRA ROXA – NATAL-RN.

Início: 15h00min

- 01. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS (SETUR – Subsecretaria/UEE)** – Cumprimentando os presentes, deu início à reunião. Falou que o principal objetivo da reunião é colocar em discussão e aprovação pelos Conselheiros o resultado das oficinas realizadas para a construção do PDTIS – Plano de Desenvolvimento de Turismo Integrado e sustentável. Em seguida, repassou para Tasso Soares para fazer aprovação e repasse dos compromissos gerados na 45ª. Reunião do Conselho.
- 02. TASSO SOARES DE LIMA (Secretário Executivo - BNB, em exercício)** – Cumprimentou a todos os presentes. Colocou em votação a ata que por unanimidade foi aprovada, passando em seguida, a detalhar os encaminhamentos e as providências tomadas acerca dos compromissos gerados na última reunião. Após o repasse dos compromissos, apresentou lista contendo o número de ausências das instituições que compõem o Conselho: Sethas, 6; Procuradoria Geral do Estado, 5; SESED, 5; COOHOTUR, 4; SEBRAE, 4; Prefeitura Municipal de Parnamirim, 4; SEPLAN, 3; SIN, 3; ABEOC, 3; ABAV/RN, 3; IDEMA, 3; Prefeitura Senador Georgino Avelino, 3; Prefeitura de Touros, 3; Convention & Bureau do Natal, 3.
- 03. JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA (Superintendente Estadual do BNB)** – Ressaltou a necessidade de comunicar a Governadora a ausência das Secretarias, uma vez que foram indicadas por ela. Mencionou ainda que devam ser levadas em consideração as ausências quando da renovação do Conselho.
- 04. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Repassou a Tasso Soares para detalhar o calendário de eleição dos novos conselheiros para o biênio 2010/2011.
- 05. TASSO SOARES DE LIMA** – Prossequindo com as apresentações constantes da pauta, fez a leitura dos dispositivos do regulamento interno que tratam sobre a renovação do Conselho, a saber: TÍTULO III DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE TURISMO CAPÍTULO I DA REPRESENTATIVIDADE, COMPOSIÇÃO, PARTICIPAÇÃO PARITÁRIA E SELEÇÃO. Art.7º O Conselho de Turismo manterá, preferencialmente, o número máximo de 36 (trinta e seis) conselheiros, número este que deverá ser definido em conjunto pelo Banco do Nordeste e Governo do Estado, obedecendo à seguinte composição e proporcionalidade em relação ao número total de conselheiros: Poder Público Federal – 03 membros; II – Poder Público Estadual – 07 membros; III – Poder Público Municipal – 08 membros; IV – Terceiro Setor – 09 membros (2/3 de organizações não governamentais – ONGs sociais / ambientais e associações comunitárias, 1/3 de universidades e/ou centros de ensino superior que tenham atuação nas áreas de turismo e/ou meio ambiente); V – Setor Privado – 09 membros (federações, associações e sindicatos, trade turístico, sistema “S”). § 1º Os municípios e a sociedade civil deverão representar no mínimo 20% do Conselho de Turismo, cada. § 1º Os conselheiros terão mandato de 02 (dois) anos.
- 06. TASSO SOARES DE LIMA** – Seqüenciando mostrou como se dará o processo: Art.8º A escolha ou eleição dos membros entre os diversos grupos ou setores (poder público federal, estadual, municipal; terceiro setor; setor privado) se estabelece de forma diferenciada para cada segmento, sendo: I – Poder Público Federal – Será representado pelo Banco do Nordeste e outra(s) entidades do Governo Federal com interesse direto no Programa. Para a escolha das entidades que ocuparão estas vagas, o Banco do Nordeste, conjuntamente com o Estado, definirá uma relação de entidades convidando-as a participar da eleição do Conselho, ocasião em que, por votação direta, serão eleitos, por maioria simples, os representantes do segmento. *Em caso de empate na escolha de alguma entidade, o voto de desempate caberá ao Banco do Nordeste.* II – Poder Público Estadual - serão indicados pelo Governo do Estado. Poder Público Municipal – o Banco do Nordeste e o Governo do Estado convidarão os prefeitos dos municípios integrantes do Pólo de

Turismo Costa das Dunas para participar da eleição do Conselho. *Em caso de empate na escolha de algum município, o voto de desempate caberá ao Governo do Estado, representado pela Secretaria de Estado do Turismo – SETUR.* IV – Terceiro Setor – A identificação e seleção das organizações não- governamentais – ONGs, associações comunitárias, universidades e/ou centros de ensino superior que tenham atuação nas áreas de turismo e/ou meio ambiente, mais atuantes nos municípios do Pólo Costa das Dunas e que demonstrem interesse nos impactos do turismo, que terão direito a assento no Conselho de Turismo, respeitado o número máximo de 09 (nove), em conformidade com o Art. 7º deste Regulamento – inclusive quanto à proporcionalidade -, dar-se-á mediante o cumprimento das seguintes etapas: O Banco do Nordeste e o Governo do Estado darão prévia e ampla divulgação junto às comunidades locais, convidando as entidades do Terceiro Setor a participar do processo seletivo; Para aquelas entidades que demonstrarem interesse, serão enviados o Regulamento Interno e os requisitos de seleção, para que decidam habilitar-se ou não; As inscrições serão formalizadas com a apresentação, por cada entidade concorrente, de histórico breve contendo discriminação de suas atividades, nos últimos anos, e, quando for o caso, ata de fundação, estatuto e composição da diretoria; Concluída a lista de instituições interessadas, que estejam de acordo com os critérios previamente estabelecidos e divulgados, será convocada pelo Banco do Nordeste e o Governo do Estado, reunião pública com todas as instituições selecionadas, ocasião em que, por votação direta e por maioria simples, serão eleitos os representantes do setor. *Em caso de empate na escolha de alguma entidade, o voto de desempate caberá ao Governo do Estado, representado pela Secretaria de Estado do Turismo – SETUR.* V – Iniciativa Privada: O Banco do Nordeste conjuntamente com o Estado, definirá uma relação de entidades representativas desse segmento, aceitando também sugestões de nomes que porventura não constem dessa relação, convidando-as a participar da eleição, ocasião em que, por votação direta e por maioria simples, serão eleitos representantes. *Em caso de empate na escolha de alguma entidade, o voto de desempate caberá ao Governo do Estado, representado pela Secretaria de Estado do Turismo – SETUR.*

- 07. TASSO SOARES DE LIMA** – Concluindo apresentou o calendário do processo eleitoral: 27/08 - Ofício ao Governo do Estado solicitando os nomes das instituições que representarão o Setor Público Estadual. 27/08 - Reunião com Coordenador do Pólo para discutir o processo para Eleição e ações para cumprimento do cronograma sugerido. 07/09 - Convite para as instituições representativas do segmento do Poder Público Federal. 08/09 - Convite para as instituições representativas do segmento do Setor Privado. 11/09 - Divulgação na imprensa da abertura de inscrição para eleição do Terceiro Setor. 16/09 - Eleição dos representantes do Segmento do Setor Privado 21/09 - Encerramento das inscrições das instituições do Terceiro Setor - 22/09 Eleição dos representantes do Setor Público Federal - 25/09 Confirmação da participação dos prefeitos ou representantes na Eleição do Setor Público Municipal; 29/09 - Eleição do Setor Público Municipal; 06/10 - Eleição Terceiro Setor; 13/10 – Conclusão do Processo – Envio de Ofício ao Governo do Estado e ao Coordenador informando os nomes das instituições eleitas como representantes no Conselho do Pólo Costa das Dunas.
- 08. ANA PAULA FELIZARDO (Responsabilidade Social Posta em Prática – RESPOSTA)** – Quanto ao terceiro setor, informou que existem categorias distintas (Educativa e as propriamente sociedade civil), devendo as universidades concorrer entre si.
- 09. JOSEMÁ DE AZEVEDO (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES)** – Corroborou com Ana Paula Felizardo, dizendo que a composição para o Terceiro setor deveria ser 3 vagas para o ensino e 06 para sociedade civil.
- 10. JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA** – Informou que deve ser obedecido o regulamento. Concordou que existe um erro na composição do terceiro setor.
- 11. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA (Secretário de Estado do Turismo do RN - SETUR)** – Passou a palavra ao representante da START Para fazer a apresentação das ações do Plano de Desenvolvimento Turismo Integrado Sustentável – PDTIS para discussão e posterior aprovação pelos conselheiros.

12. ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA (START Pesquisa e Consultoria Técnica Ltda - Arquiteto) – Iniciou sua apresentação dizendo que se trata da 3ª. Etapa do plano. Fez uma retrospectiva falando que o plano de trabalho orientou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Pólo Costa das Dunas, no âmbito do PRODETUR. Disse que o PDITS objetiva, a partir do contexto histórico e da análise da dinâmica atual do turismo dessa região, formular propostas de desenvolvimento sustentável para o Pólo Turístico, de modo a nortear a atuação do poder público e da iniciativa privada nas tomadas de decisões, relativas às prioridades para o desenvolvimento do turismo na região no curto, médio e longo prazo. Em seguida, falou sobre o diagnóstico que é um componente elementar do planejamento turístico, cujo conteúdo constitui a base para a definição das estratégias e metas de um plano de ação. Consiste na coleta e organização de uma série de dados e informações e análises, para em seguida aplicar critérios de avaliação e adequados ao processo de planejamento turístico. Define a situação atual e caracteriza a área turística. Define o quadro de potencialidades e fragilidades. Para tanto foi realizada uma oficina em Natal. Mencionou ainda sobre os cenários, estratégias e Plano de Ação, destacando diagnóstico: Situação Atual, elaboração de Cenário Tendencial e Cenário de Desenvolvimento e elaboração das macro-ações, tudo feito através de oficinas participativas realizadas na UNP. Em seguida ressaltou que o plano levou em consideração os seguintes componentes: PRODUTO; COMERCIALIZAÇÃO; FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL; INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS e GESTÃO AMBIENTAL, destacando as estratégias e ações definidas para cada componente. A saber: **CONSOLIDAÇÃO DO SEGMENTO DE SOL E MAR NO PÓLO, RESPEITADAS AS DIFERENÇAS ENTRE OS DISTINTOS TRECHOS DO LITORAL.** 1) Urbanizar trechos de praias, de maior fluxo e potencial turístico, incluindo drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação das vias adjacentes à orla: Urbanizar as praias de Muriú, Jacumã e Pitangui; Urbanizar a praia de Maracajaú; Urbanizar as praias de Cotovelo, Pirangi do Norte, Pium; Urbanizar as praias de Pirangi do Sul, Tabatinga e Búzios; Urbanizar a praia de Baía Formosa; Urbanizar a praia de Barra de Cunhaú; Urbanizar as praias de Tibau do Sul e Pipa; Urbanizar a praia de São Miguel do Gostoso; Urbanizar a praia de Rio do Fogo; Urbanizar a praia de Touros; Urbanizar as praias de Redinha e Redinha Nova. 2) Readequar e melhorar a acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, em Pipa; 3) Readequar e melhorar a acessibilidade a Rua Vereador Ricardo Afonso, em Genipabu; 4) Requalificar e recuperar a qualidade ambiental e cênica da orla nas praias de Ponta Negra, Areia Preta, dos Artistas, do Meio e do Forte. **DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS DO PÓLO COSTA DAS DUNAS, QUE INTEGREM E COMPLEMENTEM O SEGMENTO DE SOL E MAR, COM A ESTRUTURAÇÃO DE RECEPTIVOS SECUNDÁRIOS EM MUNICÍPIOS ESTRATÉGICOS DO PÓLO** 5) Elaborar diagnóstico de novos atrativos turísticos para o Pólo Costa das Dunas; 6) Elaborar projetos de novos produtos turísticos para o Pólo Costa das Dunas; 7) Modernizar a estrutura de receptivo do Cajueiro de Pirangi; 8) Elaborar estudos de viabilidade urbanística e ambiental e projetos básico e executivo para criação de novo acesso e ampliação do estacionamento do Centro de Convenções de Natal; 9) Implantar novo acesso e ampliação do estacionamento do Centro de Convenções de Natal. **PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO PÓLO COSTA DAS DUNAS.** 10) Elaborar inventário e diagnóstico do patrimônio histórico-cultural do Pólo com fins de restauração e visando o seu aproveitamento turístico; 11) Elaborar e implantar Programa de Capacitação Profissional para Restauração e Conservação do Patrimônio Histórico Material; 12) Restaurar engenhos do Roteiro dos Engenhos em Ceará-Mirim; 13) Restaurar Casarão do Guararapes em Macaíba; 14) Implantar o Roteiro dos Engenhos em Ceará-Mirim com estruturação das rotas temáticas e formulação de estratégias mercadológicas de divulgação; 15) Elaborar Projeto Executivo para estruturação da visitação do Corredor Cultural em Natal. **VALORIZAÇÃO DA GASTRONOMIA E DO ARTESANATO COMO PRODUÇÃO ASSOCIADA AGREGADORA DE VALOR AOS PRODUTOS TURÍSTICOS DO PÓLO.** 16) Elaborar projetos de reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal; 17) Reformar e ampliar o Centro de Turismo de Natal. **MELHORIA DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS DIFERENTES NÍVEIS DO TURISMO.** 18) Atualizar diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional e Empresarial para o Pólo Costa das Dunas; 19) Elaborar e implantar Programa de Capacitação Empresarial para o Pólo Costa das Dunas; 20) Elaborar e implantar Programa de Capacitação Profissional de Mão de Obra Qualificada para o

Pólo Costa das Dunas. **IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS.** 21) Ampliar sistema de certificação e controle de qualidade dos produtos e serviços turísticos. **ESTRUTURAÇÃO CENTROS DE ATENDIMENTO AO TURISTA EM LOCAIS ESTRATÉGICOS DO PÓLO COSTA DAS DUNAS.** 22) Elaborar Projeto Executivo para implantação de Centro de Atendimento ao Turista em Natal, Maxaranguape e Tibau do Sul; 23) Implantar e manter Centro de Atendimento ao Turista em Natal, Maxaranguape e Tibau do Sul; 24) Formular e produzir materiais promocionais e informativos (folders, mapas e guias turísticos) para o Pólo Costa das Dunas; 25) Desenvolver mídias eletrônicas interativas para a divulgação do turismo do Pólo. **FORTELECIMENTO DA CAPTAÇÃO DE VISITANTES DOS MERCADOS EMISSORES NACIONAIS E INTERNACIONAL JÁ TRABALHADO, CONCOMITANTEMENTE À CONQUISTA DE NOVOS NICHOS DE MERCADO, COM PRIORIDADE PARA O TURISMO FAMILIAR, DE MELHOR IDADE, NEGÓCIOS E EVENTOS.** 1) Elaborar Pesquisa de Mercado Potencial; 2) Elaborar Plano de Marketing para o Pólo Costa das Dunas, enfatizando o público consumidor final; 3) Desenvolver campanhas para a captação de novos nichos de mercado, particularmente para o turismo familiar, de melhor idade, negócios e eventos; 4) Realizar feiras e rodadas de negócios para promoção e comercialização dos produtos turísticos do Pólo; 5) Promover fantour técnico e de divulgação aos principais destinos do Pólo com vistas à ampliação de sua comercialização. **FOMENTO À ESTRUTURAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE QUADROS TÉCNICOS EFETIVOS DE TURISMO NOS MUNICÍPIOS.** 1) Capacitar por meio de seminários e palestras os membros do Conselho Regional do Pólo; 2) Criar e instalar ou revitalizar os Conselhos Municipais de Turismo; 3) Elaborar Programa de Capacitação nas áreas Ambiental, Urbanística e Turística dos técnicos municipais com vistas à gestão dos instrumentos de planejamento. **ESTÍMULO À IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS E À APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NO PÓLO.** 4) Elaborar Plano Municipal de Turismo dos municípios de Parnamirim, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Arez, Baía Formosa, Canguaretama, Tibau do Sul; Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso e Pedra Grande, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e São José de Mipibu; 5) Elaborar Plano Diretor de Rio do Fogo e Pedra Grande; 6) Elaborar Código de Obras dos municípios de São José de Mipibu, Maxaranguape, Rio do Fogo e São Miguel do Gostoso. 7) Elaborar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal dos municípios de Arez, Baía Formosa, Canguaretama, Natal, Macaíba, Maxaranguape, Pedra Grande, Rio do Fogo, São José de Mipibu, São Gonçalo do Amarante, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Touros; Implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal dos municípios de Arez, Baía Formosa, Canguaretama, Natal, Macaíba, Maxaranguape, Pedra Grande, Rio do Fogo, São José de Mipibu, São Gonçalo do Amarante, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Touros; 8) Elaborar Inventários Turísticos dos municípios integrantes do Pólo Costa das Dunas; 9) Ampliar número de Pesquisas de Demanda Turística para o município de Tibau do Sul, incluindo a alta e baixa estação; 10) Realizar Pesquisas de Demanda Turística nos municípios de Parnamirim, Nísia Floresta, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Baía Formosa e São Miguel do Gostoso. **ESTRUTURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO PERMANENTE DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES APOIADO EM BASES CARTOGRÁFICAS ADEQUADAS PARA SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO.** 12) Desenvolver Sistema de Informações e Dados Turísticos, com métodos de atualização sistemática. **PROMOÇÃO DO ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO NA ATIVIDADE TURÍSTICA.** 13) Realizar Campanha de Sensibilização nas comunidades locais sobre os benefícios e riscos da atividade turística para o Pólo Costa das Dunas; 14) Promover de forma sistemática e continuada campanhas, palestras, seminários e outros eventos educativos para prevenir a exploração sexual, a prostituição e o consumo de drogas. **MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA E ESPECÍFICA DO TURISMO PARA O PÓLO COSTA DAS DUNAS, INCREMENTANDO A QUALIDADE DO PRODUTO TURÍSTICO E A QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES.** 1) Elaborar estudos e projetos para realocação do trecho da RN 062 próximo ao Cajueiro de Pirangi; 2) Implementar a realocação do trecho da RN 062 próximo ao Cajueiro; 3) Duplicar BR 226 trecho Macaíba-entroncamento BR 304 (17 km); 4) Implantar rodovia interligando Touros – Pititinga - Caraúbas (33 km); 5) Implantar rodovia de acesso Punaú - entroncamento BR 101 (3,5 km); 6) Implantar rodovia Pium-Alcaçuz (7,5 km); 7) Implantar rodovia Pium-Lago Azul-

Lagoa do Bonfim (6 km); 8) Implantar rodovia Nísia Floresta – Alcaçuz - Pirangi (16 km); 9) Implantar acesso/contorno da Lagoa do Bonfim (20,5 km); 10) Implantar prolongamento de Barreta (6 km); 11) Implantar acesso a Lagoa de Arituba (2 km); 12) Implantar acesso à Praia de Sagi (17,3 km); 13) Melhorar pavimentação nas vias de acesso à Genipabu; 14) Complementar Rota do Sol - RN 062 de Barreta até a divisa da Paraíba; 15) Implementar rodovia ligando as praias do litoral norte de Maracajaú a Pedra Grande; 16) Desenvolver estudo para identificação de áreas críticas de tráfego no Pólo Costa das Dunas; 17) Elaborar Projeto de acesso Redinha Nova - Genipabu. 18) Elaborar Projeto Básico e Executivo para Terminal Rodoviário de Tibau do Sul (Pipa); 19) Implantar Terminal Rodoviário de Tibau do Sul (Pipa); 20) Elaborar Projetos de terminais rodoviários para os municípios do Pólo Costa das Dunas; 21) Elaborar Plano de Saneamento do Pólo Costa das Dunas; 22) Implantar o sistema de esgotamento sanitário de Touros; 23) Elaborar balanço hídrico superficial e subterrâneo dos municípios litorâneos da Região Metropolitana de Natal; 24) Elaborar Projetos Básico e Executivo do Sistema Adutor Metropolitano a partir das bacias de Punaú e Maxaranguape; 25) Implantar Sistema de Drenagem em Redinha Nova e Pitanguí (Extremoz); 26) Implantar Sistema de Drenagem em Tibau do Sul; 27) Implantar nas praias identificadas como impróprias para banho os reservatórios de primeira chuva com tratamento dos esgotos em tempo seco; 28) Implantar Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos com equipe qualificada e controle e fiscalização de limpeza pública; 29) Implantar aterros sanitários previstos no Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Pólo Costa das Dunas; 30) Elaborar Plano de Segurança para o turismo no Pólo Costa das Dunas. **AMPLIAÇÃO DO POTENCIAL DO TURISMO NÁUTICO DO PÓLO COSTA DAS DUNAS, A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPECÍFICA.** 31) Implantar Marina em Natal; 32) Implantar ancoradouros em Tibau do Sul; 33) Realizar estudo para a implantação de ancoradouros multiuso nas comunidades pesqueiras de interesse turístico do Pólo. **MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL DO PÓLO COSTA DAS DUNAS VISANDO O APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA, FORTALECENDO AS GESTÕES MUNICIPAIS PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS LEGAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.** 1) Elaborar e implementar Código de Meio Ambiente nos municípios de Baía Formosa, Pedra Grande, Rio do Fogo, São José de Mipibu, São Miguel do Gostoso e Touros; 2) Elaborar Projeto de Recuperação do Rio Maceió, em Touros; 3) Implantar Projeto de Recuperação do Rio Maceió, em Touros; 4) Elaborar Projeto de Recuperação do Rio Pirangi, em Parnamirim; 5) Implantar Projeto de Recuperação do Rio Pirangi, em Parnamirim; 6) Elaborar Projeto de Proteção e recuperação das margens das Lagoas de Pitanguí, Genipabu e Jacumã; 7) Implantar Projeto de Proteção e recuperação das margens das Lagoas de Pitanguí, Genipabu e Jacumã; 8) Elaborar Projeto de Proteção e recuperação das margens das Lagoas do Bonfim, Arituba e Carcará; 9) Implantar Projeto de Proteção e recuperação das margens das Lagoas do Bonfim, Arituba e Carcará. 10) Realizar Avaliação Ambiental Estratégica na área do Pólo Costa das Dunas; 11) Delimitar área de proteção e áreas passíveis de visitação dos recifes de corais de Pirangi; 12) Elaborar Estudo e Plano de Proteção das Falésias nas áreas de risco do Pólo; 13) Estabelecer Plano de Manejo para podaço do Cajueiro de Pirangi pelo órgão competente; 14) Elaborar estudos para identificação as áreas críticas de erosão costeira do Pólo Costa das Dunas e propor soluções para contenção deste processo; 15) Implantar as soluções de contenção de erosão da Orla Marítima do Pólo nas áreas identificadas pelo estudo anterior; 16) Elaborar estudos para a criação de Unidades de Conservação para os complexos de lagoas e campos de dunas nos municípios para o Pólo Costa das Dunas; 17) Criar Plano de Manejo para as Unidades de Conservação a serem criadas, incluindo zoneamento, zonas de amortecimento e corredores ecológicos; 18) Criar Plano de Manejo para as Unidades de Conservação em processo de criação: Unidade de Conservação Morro de Careca, Parque Estadual Margens do Potengi, Parque Estadual do Jiquí; 19) Realizar programa de sensibilização e gestão ambiental incluindo seminários e palestras sobre educação ambiental para a população.

13. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA – Solicitou substituir a palavra marina por terminal náutico.

14. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS - Esclareceu que a urbanização de Genipabu, inclui também a urbanização da Orla.

15. **GEORGE ANDERSON GOSSON (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH/RN)** – Informou que durante as oficinas para a construção do PDTIS, questionou sobre as diversas fontes de recursos para a execução das ações e não apenas do PRODETUR.
16. **JOSEMÁ DE AZEVEDO (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES)** – Enfatizou a necessidade de se realizar, a priori, a avaliação ambiental estratégica. Disse que se trata de ferramenta de apoio ao planejamento.
17. **TATIANA MORITZ (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN)** – Indagou se a Urbanização prevista das praias no plano abrange toda a orla, se será tudo igual.
18. **ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA** – Informou que apenas alguns trechos serão urbanizados, preservando-se assim, a identidade das praias.
19. **JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA** – Informou que existe um projeto para urbanização de Genipabu e, dessa forma, deve ser considerado. Ressaltou ainda que se deve evitar projetos idênticos para a urbanização das orlas.
20. **CATARINA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA LEITE (Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do RN – SEPLAN)** – Sugeriu que o PDTIS fosse compartilhado com outros órgãos para fins de execução e dessa forma evitar sobreposição de ações.
21. **JOSEMÁ DE AZEVEDO** – Ressaltou que existe a Lei Nacional de Saneamento Básico. Que há muitos recursos para saneamento pelo Ministério das Cidades. Disse ainda que o Plano Nacional de Saneamento Básico estabelece que municípios devem elaborar o Plano Municipal de Saneamento.
22. **ANA PAULA FELIZARDO** – Considerando a copa de 2014, recomendou que fossem construídas estratégias no PDTIS visando ao evento.
23. **NEIWALDO LUCENA GUEDES (Fundação Comitê de Captação de Eventos de Natal (Convention & Visitors Bureau do Natal)** – Sugeriu que fosse considerada no PDTIS a ampliação do auditório e de outros salões do Centro de Convenções.
24. **JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA (Universidade Potiguar – UnP)** – Sugeriu que fossem acrescentados no PDTIS os museus de Natal, além da atualização e implantação do corredor cultural de Natal.
25. **WAYNE THOMAS ENDERS (Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Touros)** – Disse que o plano restringiu a cultura do Estado. Acrescentou que o Estado é muito rico em cultura e que isso é uma tradição. Disse que possui muitos produtos culturais existentes no Estado que poderão ser transformados em produtos turísticos. Sugeriu que fosse incluída a estratégia: Elaborar e implantar projetos de restauração histórico-cultural do Pólo Costa das Dunas, a exemplo do marco de Touro.
26. **ROSANA MARA MAZARO (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN)** – Disse que não se sente a vontade para votar, deliberar ou analisar o plano, pois a proposta está mal estruturada, confusa. Falou que a proposta é muito exaustiva e não elegem as prioridades, que traz objetivos genéricos e específicos, como exemplo não separa o que é elaboração do que seja execução. Disse que falta definir quais os objetivos do plano para os próximos 10 anos.
27. **FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Informou que as ações e estratégias foram discutidas e construídas nas oficinas e que a eleição das prioridades seria na reunião do Conselho.
28. **ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA** – Informou que a estruturação do PDTIS saiu do Plano Operacional do BIRD que balizou o termo de referência. Disse que o plano encontra-se

na etapa terceira que trata sobre cenários, estratégias e plano de ação. Falou que a próxima etapa do plano será a priorização das ações com a descrição das justificativas e estratégias operacionais e respectivos valores. Frisou que o PDTIS é um plano que orienta o investimento físico-financeiro daí a necessidade de se seguir o regulamento operacional do Banco.

29. **CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Disse que tanto a versão preliminar quanto à definitiva deverão ser submetidas novamente ao Conselho e que as prioridades ainda serão definidas e refinadas no Conselho. Comentou a falta de maior participação dos Conselheiros nas oficinas que trataram sobre os cenários, estratégias e as ações.
30. **GEORGE ALEXANDRE BARRETO COSTA (Sindicato das Empresas de Turismo do RN – SINDETUR)** - Corroborou com Carlos Alberto dizendo que o detalhamento das ações foi tratado nas oficinas, a exemplo do plano estratégico ambiental e que sentiu também a falta da participação de alguns conselheiros e que a ausência às oficinas atrapalhou as discussões no Conselho.
31. **GEORGE ANDERSON GOSSON** – Ressaltou que a dificuldade do nível de detalhamento das ações ocorreu desde as oficinas, tendo em vista o nível de especificidades das ações do plano anterior. Propôs sair do genérico e detalhar as ações até chegar ao objeto da licitação.
32. **FRANCISCO SOARES DE LIMA JÚNIOR (Secretário Especial de Comércio, Indústria e Turismo do Município de Natal – SECTUR)** – Fez uma retrospectiva das construções dos PDTIS. Disse que o primeiro foi em 1999 e que devido aos vários problemas ocorridos em outros Estados, o BIRD, para tornar mais democrático o termo de referência, fez cinco vezes modificações e percebem-se tais modificações na evolução do atual PDTIS, que contou principalmente com a participação popular. Falou da necessidade de hierarquização das ações, tendo vista, sobretudo a limitação de recursos.
33. **SYLVIA SEREJO (Associação Brasileira das Empresas de Eventos do RN – ABEOC)** – Criticou a forma como foram trabalhadas as oficinas, em que os grupos eram formados de forma aleatória e que a heterogeneidade prejudicou algumas ações pontuais, além do pouco tempo que tinham para apresentar os trabalhos, apenas 15 minutos.
34. **MARIA CRISTINA BEZERRA LIRA (Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - ABRAJET/RN)** – Sugeriu a criação de “Fantours Técnicos”, pelos menos duas vezes ao mês, composto por conselheiros voluntários, a fim de que possam conhecer in loco as obras. Falou de um Campeonato “Kart Soft” que ocorreu entre os dias 12 a 16/08 em Barra do Cunhaú e que teve o apoio de um sueco, prefeitura de Canguaretama e da EMPROTUR. Disse que o evento já está confirmado para o próximo ano. Solicitou uma segunda via de acesso para Barra de Cunhaú e que seja colocado no PDTIS.
35. **SOLANGE ARAÚJO PORTELA (Secretária de Turismo e Meio Ambiente da Prefeitura de Nísia Floresta)** – Solicitou que fosse disponibilizado o regulamento operacional básico do PRODETUR para os membros do Conselho, como forma de se conhecer melhor as distribuições nas ações dentro dos componentes trabalhados.
36. **FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Acatou a sugestão e solicitou a Carlos Alberto que encaminhasse o regulamento básico operacional, via e-mail, a todos os conselheiros.
37. **HUGO TORRES (Pólo de Turismo Ecológico e Aventura de Pitangui)** – Falou do pouco tempo que os conselheiros tiveram para discutir as ações nas oficinas, ou seja, cada oficina era apenas em torno de 4 horas. Que para as próximas, haja mais tempo.
38. **CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Solicitou aos Conselheiros maior objetividade nas discussões das ações.

- 39. TATIANA MORITZ** – Acerca da estratégia Valorização da Gastronomia e do Artesanato de todo o Pólo, disse que ação estava vaga, pois apenas se referia a elaboração e ampliação do centro de turismo de Natal, deixando de fora a gastronomia para todo o Pólo.
- 40. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Disse que não estava preocupado com o avançar da hora e se fosse preciso haveria outra reunião para continuar. Solicitou avançar nos debates. Falou que o importante é cumprir o prazo dado pelo Ministério para assinar PRODETUR ainda este ano, dadas as várias vantagens de quem assina primeiro. Disse que o documento contendo as ações ora em discussão foi encaminhado na quarta-feira anterior à reunião e o que é mais importante é que os assuntos fossem exauridos.
- 41. JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** - Questionou acerca da atualização do programa de Capacitação, dizendo que não é elaborar e implantar, mais sim atualizar os programas já existentes voltados para capacitação profissional e empresarial.
- 42. ANA PAULA FELIZARDO** – No que tange à capacitação sugeriu que fossem incluídas temas relativos às boas práticas de turismo sustentáveis e de proteção à infância e ao meio ambiente, com destinação de mais tempo nas capacitações para a agenda ambiental.
- 43. FERNANDO J. LESSA LAUDARES (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo de Ceará-Mirim)** - Sugeriu que fosse incluída no PDTIS a qualificação para bugueiros.
- 44. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Disse que acredita que será possível a qualificação tanto teórica quanto às boas práticas para os bugueiros, a exemplo dos primeiros socorros, etc.
- 45. CATARINA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA LEITE** - Achou estranho que o programa de qualificação profissional não incluía os bugueiros. Disse que da forma como está é muito fragmentado.
- 46. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Concordou com Catarina e fez uma ressalva para que os próximos não se restrinjam a determinadas categorias.
- 47. ROSANA MARA MAZARO** – Sugeriu que fosse colocada a questão da capacitação de forma matricial e que contemplasse também as questões específicas.
- 48. DANIELA BEZERRA TINOCO GOMES (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN – SEBRAE/RN)** - Disse que o SEBRAE não participou da licitação para capacitação empresarial, porque o diagnóstico feito há alguns anos não previu nenhum curso na área de atuação do SEBRAE, tais como gestão, finança, qualidade, empreendedorismo, etc. Disse que o diagnóstico anterior não apontou as reais necessidades de capacitações empresariais.
- 49. JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Acerca da estratégia sistema de certificação e controle de qualidade questionou qual seria o sistema a ser utilizada, já que existem vários.
- 50. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Sugeriu adotar a certificação referendada pelo MTUR e/ou OMT e/ou Conselho Nacional de Turismo.
- 51. DANIELA BEZERRA TINOCO GOMES** – Disse que o SEBRAE não certifica, mas apenas qualifica na área de hospedagem e restaurante.
- 52. CARMEN VERA ARAÚJO DE LUCENA (Secretaria de Estado do Turismo - SETUR - Coordenadora da Coordenadoria Técnica)** – Informou que existe instituto de certificação, porém nunca foi implantado no estado do Rio Grande do Norte. Disse que o instituto de hospitalidade não veio para o Rio Grande do Norte porque não houve adesão.

- 53. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Comentou que ação deveria ficar como fomentar o sistema de certificação adotado pelo OMT/MTUR ou Conselho Nacional de Turismo.
- 54. ANA PAULA FELIZARDO** - Sugeriu contemplar na questão qualidade a agenda de sustentabilidade, bem como criar estratégias que contribuam com a valorização e estímulo a práticas distintivas, a exemplo das empresas que não toleram a exploração sexual, que realmente se diferenciam por adotar o código de conduta.
- 55. ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA** – Explicou que haverá um momento adequado para se detalhar as ações, justificando as estratégias, principalmente nos termos de referências, inclusive esclarecimento de alguns termos empregados nas ações.
- 56. ANA PAULA FELIZARDO** – Disse que o papel da Resposta é destacar os temas de interesse da organização e por isso é o momento adequado de exercer o controle social, já que não tem certeza que futuramente esteja participando do Pólo.
- 57. JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA** – Ressaltou a relevância das discussões e participação em torno do PDTIS. Disse que os conselheiros sintam-se absolutamente à vontade para exercer o papel de conselheiro e representar sua entidade de forma a contribuir com as discussões das ações para o desenvolvimento do turismo do Estado. Disse ainda que apesar do PDTIS encontrar-se em linhas gerais são fundamentais que sejam incorporadas todas as contribuições propostas, para não correr o risco de não constar nas etapas seguintes, como no termo de referência e nos projetos.
- 58. WAYNE THOMAS ENDERS** – No tocante ao item 1 do componente comercialização sugeriu alterar a redação para: criar programa de pesquisa contínua do mercado turístico nacional e internacional, justificando que da forma como foi colocado dar a entender que será apenas uma vez a pesquisa. Ressaltou a importância da pesquisa de mercado para identificar as reais necessidades dos turistas que vêm para o Rio Grande do Norte, bem como quem gasta mais, quem fica mais tempo, quais os produtos que o segmento prefere etc.
- 59. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Sugeriu excluir o item 3 do componente comercialização, pois já se encontra incorporado na estratégia, uma vez que a pesquisa mercado deverá apontar que tipo de turismo (familiar, melhor idade, negócios ou eventos).
- 60. CARMEN VERA ARAÚJO DE LUCENA** – Informou que já existe a pesquisa de mercado para os receptivos.
- 61. WAYNE THOMAS ENDERS** – Falou da necessidade de se ter uma metodologia que defina o conteúdo da pesquisa e o tratamento de dados para divulgação junto aos empresários.
- 62. CATARINA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA LEITE** – Sugeriu substituir as palavras seminários e palestras por capacitação aos membros dos Conselhos. Justificou dizendo que a palavra capacitação é mais ampla e que deve ser evitado tudo que restringe como seminário e palestras.
- 63. MARCELO ALVIM** – Solicitou estender a capacitação para todo o Pólo e não apenas para os Conselheiros, pois existem prefeituras que fazem parte do Pólo e não é membro do Conselho.
- 64. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Esclareceu que os técnicos municipais já foram contemplados no item 3.
- 65. ANA PAULA FELIZARDO** – Sugeriu que a capacitação abranja os servidores públicos que atuam no âmbito do destino Pólo costa das Dunas. Que a redação contemple também os servidores municipais e não apenas os efetivos, retirar, portanto, a palavra “efetivo” constante da expressão quadro técnico efetivo. Disse que a palavra efetivo deve ser deslocada para o item 3.

- 66. HUGO TORRES** – Questionou sobre a revisão dos planos diretores dos municípios com mais de 02 anos.
- 67. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Disse que a revisão estava acontecendo, já que existem recursos pelo MTUR, mas só será possível para os municípios adimplentes.
- 68. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Ressaltou a necessidade de se incluir nos convênios o código de obra e o código ambiental, pois, caso não constem, o MTUR não tem como atendê-los. Corroborou com Carlos Alberto acerca do não-atendimento caso o município não tenha feito sua prestação de conta, ou seja, esteja inadimplente.
- 69. CATARINA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA LEITE** – No que tange à pesquisa, disse que as oficinas não se prenderam apenas à pesquisa da demanda, mas do pólo como um todo, por isso consta tanto no item comercialização quanto no fortalecimento institucional.
- 70. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Reforçou o posicionamento de Catarina dizendo que as pesquisas deverão informar sobre a situação dos empreendimentos tanto no aspecto social quanto econômico. Disse que é à hora de acabar com o “achismo” e de se ter números reais acerca do turismo do estado.
- 71. WAYNE THOMAS ENDERS** – Questionou os itens 10 e 11, dizendo que eram idênticos. Solicitou ampliação da pesquisa de mercado para todos os municípios do Pólo.
- 72. CARMEN VERA ARAÚJO DE LUCENA** – Disse que a pesquisa de demanda poderá ser feita em todos os municípios através de uma pequena amostra e uma pesquisa geral em Natal.
- 73. JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Acerca do sistema de informação, disse que não se trata de desenvolver o sistema, mas mantê-lo atualizado.
- 74. CATARINA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA LEITE** - Corroborou com Jurema, dizendo que o sistema de informação deve ser mantido, independentemente de orçamentos, esclarecendo que facilita a alocação de recursos caso esteja no PDTIS.
- 75. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** - Acerca do item, sistema de informação, sugeriu, então, substituir a palavra “desenvolver” por “manter” sistema de informação. Ficando então, implantar e manter sistema de informação, constante do item 13 e 14 do componente comercialização.
- 76. JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Repassou sugestão de Ana Patrícia – FAL, no sentido de incluir no item realizar campanha de sensibilização, a inserção de grupos culturais (teatros, músicas, artesanato, etc) que efetivamente poderão contribuir com a sensibilização das comunidades.
- 77. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Complementando a sugestão de Ana Patrícia, repassada por Jurema, disse que os grupos folclóricos do Estado poderão ser utilizados na campanha de sensibilização.
- 78. ANA PAULA FELIZARDO** – Acerca do Item 14 do componente comercialização, propôs a inclusão de aspectos relativos à segurança Pública, como o combate a impunidade. Reforçou a necessidade de um tratamento diferenciado para a exploração sexual, no que diz respeito à responsabilização dos acusados. Disse ainda que o tratamento deva ser diferenciado porque prostituição é diferente de exploração sexual.
- 79. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Acerca da responsabilização dos acusados por prática de exploração sexual contra crianças e adolescentes, informou que deve ser observada a legislação penal pertinente.

- 80. ANA PAULA FELIZARDO** – Insistiu na temática, reforçando a necessidade de se ter serviços especializados constituídos, a exemplo de delegacia especializada de proteção à criança e ao adolescente, nos principais destinos turísticos do Estado. Disse que até 3 anos atrás existia apenas uma delegacia especializada no Estado. Hoje, já temos em Mossoró, mas mesmo assim, é necessária a ampliação daqueles serviços.
- 81. GEORGE ALEXANDRE BARRETO COSTA** – Informou que já existe um item específico para tratar da Segurança Pública do Estado, envolvendo, sobretudo o turismo.
- 82. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Reforçou a necessidade de plano específico para tratar da Segurança pública do Turismo.
- 83. WAYNE THOMAS ENDERS** – Solicitou a inclusão do item 15 no que se refere à promoção da integração econômica da população do turismo, com foco no social e na geração de oferta de oportunidade de trabalho/ocupação.
- 84. ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA** – Disse que a sugestão de Tomas poderá ser enquadrada com Diretriz estratégica e não como ação. Comentou que vários itens do PDTIS objetivam juntamente a geração de oportunidade de trabalho.
- 85. MÔNICA AIRES (Estudante de Turismo da UFRN)** – Sugeriu a inclusão dos grupos folclóricos, teatrais no item que trata sobre o Patrimônio Histórico cultural.
- 86. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** - Sugeriu a eliminação do item 13 do componente infraestrutura no tocante a ação: melhorar a pavimentação da Av. Genipabu até determinada rua, esclarecendo que já existem outras ações no PDTIS que tratam sobre pavimentação.
- 87. SOLANGE ARAÚJO PORTELA** – Concordou com Carlos Alberto, dizendo que existe item específico no PDTIS para tratar sobre a urbanização de trechos de praia e orlas que incluem drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação de ruas adjacentes estando, portanto, incluída as ruas de Genipabu.
- 88. WAYNE THOMAS ENDERS** – Informou que um dos itens mais votados, quando da priorização das ações nas oficinas, foi à complementação da rota do sol do Litoral Norte até Pedra Grande, todavia não estava contemplando no PDTIS.
- 89. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Disse que o item mencionado por Tomas encontra-se no PDTIS, ou seja, na página seguinte das apresentações, fazendo alusão às rodovias que farão a integração até Touro e Pedra Grande.
- 90. WAYNE THOMAS ENDERS** – Questionou se existe rota do sol do Litoral Norte.
- 91. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Informou que não.
- 92. PAULO CÉSAR GALINDO (Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares)** – Acerca do item 13 do componente infraestrutura, sugeriu a permanência, explicando que o acesso para o litoral Norte é feito pela antiga estrada de Genipabu, em que há 05 km sem acostamento e que é urgente construção da referida estrada. Falou ainda sobre o aumento do fluxo de pessoas pela Ponte de Todos.
- 93. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Falou que existe um projeto de acesso de Redinha Nova a Genipabu que evitará o trânsito pelos conjuntos de Genipabu.
- 94. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Falou da dificuldade de obtenção de licenças ambientais. Fez referência ao projeto de regularização da Apa de Genipabu que é de 1995 e até aquela data ainda não foi regularizado.

- 95. PAULO CÉSAR GALINDO** – Informou que a estrada que dá acesso a Genipabu não fez parte da Apa.
- 96. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Sugeriu consultar ao DER para saber se existe projeto para alargamento dos 5 km no que tange ao acostamento.
- 97. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Acerca do item 14, informou que é totalmente viável, que não há condição para implementação.
- 98. CARLOS ALEXANDRE VARELLA DUARTE (Secretaria da Infraestrutura do RN – SIN)** – Informou que Pró-transporte do Rio Grande do Norte é o único do Brasil que se encontra em andamento. Disse que existiam 25 pontos de estagnação no projeto, porém 22 já se encontram em implementação.
- 99. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Relatou a problemática de implantação do Pró-transporte. Falou de um viaduto que não foi concluído, das desapropriações de uma casa e padaria que não foram efetivadas, etc.
- 100. CARLOS ALEXANDRE VARELLA DUARTE** – Corroborou com Fernando Fernandes que existiam vários problemas para implementação do Pró-transporte, mas há três meses os problemas vêm sendo contornado.
- 101. JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA** – Sugeriu uma apresentação da Secretaria da Infraestrutura – SIN na próxima reunião do Conselho para apresentar as principais intervenções previstas com impactos de maior ou menor gravidade na atividade turística do Estado.
- 102. CARLOS ALEXANDRE VARELLA DUARTE** – Colocou-se a disposição do Conselho para realizar a apresentação.
- 103. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Informou que será agendada a apresentação da Secretaria de Infraestrutura para próxima reunião.
- 104. JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA** – Falou que eventualmente o Conselho poderá fazer uma monção ao Governo do estado a fim de contribuir com a solução de algum problema na área de infraestrutura.
- 105. FERNANDO J. LESSA LAUDARES (Secretário de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo de Ceará-Mirim)** - Insistiram na implantação de heliportos no litoral sul, Norte e Natal. Falou da necessidade dos heliportos serem públicos. Acerca dos aterros sanitários disse que não há necessidade de outros, pois já existia o de Ceará-Mirim, ressaltando a necessidade de instalação de estação de transbordo. Concorda que os aterros sanitários deveriam ser privados.
- 106. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** - Falou da existência do Plano Diretor de Resíduos Sólidos que contempla alternativas de consórcios entre os municípios, a exemplo de estação de transbordo. Disse que referido plano deve ser repassado à consultoria para identificação das necessidades com inserção no PDTIS das obras físicas.
- 107. RUTH MARIA RODRIGUES PINHEIRO (SETUR – Coordenadora dos Grupos Temáticos do Pólo Costas das Dunas)** – Ressaltou que o plano Diretor de Resíduos Sólidos possibilita a instalação de aterro sanitário tanto na estação de transbordo nos litorais Norte e Sul, inclusive com a demarcação de áreas.
- 108. JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA** – Disse que visitou o aterro sanitário de Ceará-Mirim e que obteve informação que referido aterro tem capacidade para receber todos os resíduos sólidos dos

municípios que integram o Pólo. Disse que seria mais razoável induzir os municípios a fazerem a estação de transbordo e não mais criar outros aterros.

- 109. FRANCISCO SOARES JÚNIOR** – Corroborando com José Maria, informou que realmente o estudo para implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos previa que o aterro sanitário de Ceará-Mirim tivesse capacidade de absorver os resíduos, mas ressaltou a questão do custo com transporte. Disse que seria mais viável um aterro para o Litoral Sul e os municípios do litoral Norte utilizar-se do aterro de Ceará-Mirim.
- 110. GEORGE ALEXANDRE BARRETO COSTA** – Pediu que não eliminasse o item 14. Questionou se existia um estudo pelo DER que ligasse Barreta a Tibau do Sul.
- 111. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Informou que existia uma ligação prevista de Ares a Piau.
- 112. GEORGE ALEXANDRE BARRETO COSTA** – Sugeriu que houvesse uma estrada que ligasse Barreta, Ares, Piau e Tibau do Sul.
- 113. FRANCISCO SOARES JÚNIOR** – Informou que o atual PDTIS já contempla o trajeto Rota do Sul a Senador Georgino Avelino, porém houve dificuldade de implantação de Barreta a Senador Georgino Avelino por tratar-se de trecho de dunas. Disse que já existe o estudo preliminar, havendo a necessidade de estudos ambientais e algumas alternativas propostas pelo IDEMA.
- 114. SOLANGE ARAÚJO PORTELA** – Questionou a redação do item 21 e 22 do componente Infra-estrutura, acerca do esgotamento sanitário de Touros. Sugeriu que outras localidades turísticas fossem contempladas a exemplo de Nísia Floresta. Disse ainda que Nísia Floresta esteja incluída dentro dos critérios do PAC/Funasa para implantação do esgotamento sanitário na área central do município, ficando, entretanto, de fora a área turística como das lagoas.
- 115. JOÃO FLORÊNCIO FILHO (Secretário de Turismo de Tibau do Sul)** – Sugeriu urgência no estudo de viabilidade do consórcio para implantação do aterro sanitário do Litoral Sul.
- 116. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Sugeriu a RUTH dar prioridade ao plano diretor de Resíduos sólidos no tocante ao aterro sanitário do Litoral Sul.
- 117. JOSEMÁ DE AZEVEDO** – Disse que existe um plano em Nível Estadual na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos que contempla os consórcios entre os municípios. Informou que existia um grupo de trabalho Coordenado por Sérgio para tratar da questão.
- 118. HUGO TORRES** – Sugeriu a inclusão da acessibilidade às praias do Litoral Norte, item 13 já discutido anteriormente.
- 119. NORMA MIRANDA (Secretária de Turismo de Baía Formosa)** – Sugeriu a inclusão de Baía Formosa no item 14. Disse que o Estado do Rio Grande do Norte não termina em Barra de Cunhaú, mas vai até Baía Formosa, que sempre é esquecida nas discussões e implementações de políticas voltadas para o turismo.
- 120. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Disse que existia uma ligação de Sagi a Baía Formosa, só que a estrada passaria dentro de um terreno particular, da Usina, onde iria beneficiar apenas uma pessoa, sendo, portanto, inviável.
- 121. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Disse que não visualizou uma ligação de Barra de Cunhaú a Baía Formosa.
- 122. NORMA MIRANDA** – Insistiu que sua sugestão fosse registrada.

- 123. HENRIQUE M. DANTAS (BRASECO - SA)** - Corroborou com as palavras de Fernando Lessa e José Maria acerca dos aterros sanitários. Informou que foi realizado um estudo prévio junto a alguns municípios do Agreste tais como Passa e Fica, Serrinha e Santo Antônio acerca do custo de transporte dos resíduos para o aterro sanitário de Ceará-Mirim, dizendo que, no caso de Santo Antônio, o custo ficaria em torno de 10 mil por mês e que o prefeito daquele município viu com bons olhos a proposta. Informou que num raio de 100 a 150 km é viável o transporte dos resíduos para o aterro sanitário. Disse ainda que não seria viável um aterro para municípios de pequeno porte, pois o custo por tonelada é em torno de R\$ 98,00. Ressaltou ser possível a construção de aterro para o Litoral Sul, mas sugeriu a discussão na câmara temática responsável pelo assunto.
- 124. WAYNE THOMAS ENDERS** – Acerca do item 3 do componente Infraestrutura, sugeriu aumentar o efetivo de segurança no município de São Miguel do Gostoso a fim de combater a exploração sexual, o tráfico de drogas e a violência que se alastra naquele município.
- 125. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Ressaltou a necessidade de um plano de segurança para todos os municípios do Pólo. Quanto ao município de São Miguel do Gostoso sugeriu contato/reunião com a Secretaria de Segurança do Estado a fim de discutir ações que possam amenizar a situação da exploração sexual, tráfico e violência. Citou exemplos de países europeus que se utilizam de serviço de inteligência para controlar os estádios de futebol, a exemplo de instalação de câmaras, acompanhamento eletrônico, qualificação de pessoal, sem necessidade, entretanto, de aumento de número de policiais/seguranças. Disse que recebeu sugestão de pauta na pessoa de Antônio Marinho para apresentar na próxima reunião projeto segurança da CIPTUR – Companhia Independente de Proteção ao Turismo.
- 126. MARCELO DA SILVA TAVEIRA (Faculdade Câmara Cascudo)** – Repassou sugestão do capitão Marinho para incluir no PDTIS a construção da Sede da companhia de proteção ao turismo. Falou que existia um contingente de 150 seguranças e que estavam sendo capacitados no sentido de prestar um serviço de qualidade aos turistas.
- 127. ANA PAULA FELIZARDO** – Complementando as palavras de Marcelo Taveira, registrou que a ONG RESPOSTA num primeiro contato com o batalhão especializado para o turismo ficou bastante impressionada com a forma de atuação da Companhia com pessoal qualificado e preocupado em agregar em suas capacitações questões como direito ambiental, direito das crianças e adolescentes, inclusive atuando junto às empresas de transporte para fins de obter as rotas de fluxo de turistas e promover as diligências necessárias.
- 128. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Registrou que a criação da Companhia foi do ex-secretário Carlos Castim, a pedido do CONETUR. Mostrou-se disposto a estudar o projeto para a instalação da Companhia na via costeira próximo aos bombeiros.
- 129. GEORGE ALEXANDRE BARRETO COSTA** – Frisou que um dos pontos tratados nas oficinas foi o plano de segurança para o turismo, porém sem adentrar na parte técnica. Registrou que o plano de segurança é importantíssimo para o turismo do Estado e que poderá ser detalhado pela consultoria e incorporado ao PDTIS.
- 130. JOÃO FLORÊNCIO FILHO** – Informou que estava sendo inaugurado em Tibau do Sul o gabinete de gestão integrada da Polícia, dizendo que com isso espera-se melhorar a segurança em Tibau do Sul.
- 131. CATARINA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA LEITE** – Falou que não consta do PDTIS a questão da acessibilidade para os deficientes. Disse ainda que se trata de condição, de normas técnicas, aos projetos. Disse que existia um público considerável de deficientes, daí a importância de atender às normas técnicas de acessibilidade aos deficientes, pois não há nenhum acesso às praias para as pessoas deficientes.

- 132. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** - Disse que a questão da acessibilidade deve ser tratada dentro dos projetos. Frisou que quando da licença ambiental o órgão técnico averigua se o projeto contemplar a questão da acessibilidade. Falou ainda que o projeto de adequação da via costeira irá contempla a acessibilidade.
- 133. CATARINA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA LEITE** – Falou da necessidade de qualificação estratégica do PDTIS e que não deve ser restritivo, podendo contemplar várias ações mesmo que não venham ser atendidas pelo PRODETUR, mas que, futuramente, poderão ser financiadas por outras fontes de recursos. Falou ainda da falta de roteiros. Disse que o plano só contempla o roteiro do engenho de Ceará-Mirim. Complementando disse ainda que a Paraíba, Pernambuco e Alagoas apresentaram durante o salão de Turismo seus roteiros de engenhos, o que não aconteceu com o Rio Grande do Norte.
- 134. WAYNE THOMAS ENDERS** – Frisou a necessidade de criação de um roteiro do marco histórico de Touros.
- 135. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** - Corroborou com Tomas, informando que existia possibilidade de criação do Roteiro de Touros. Falou também da importância de se resgatar a segunda guerra mundial.
- 136. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Falou que o PDTIS deixou também de contemplar o Museu da rampa.
- 137. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Disse que o projeto executivo do Museu da rampa deve ser um dos primeiros a ser executados.
- 138. CATARINA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA LEITE** – Mencionou a existência do terminal pesqueiro.
- 139. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Informou que não conheceu o terminal pesqueiro, mas deve constar do PDTIS.
- 140. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Complementando as discussões sobre o terminal pesqueiro, disse que existia um estudo da CODERN que contempla a ampliação do Porto até a rampa, deixando de existir, portanto, o tradicional canto do mangue.
- 141. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Disse que há um compromisso da CODERN em preservar aquela área para pesca artesanal, principalmente por parte de um grupo de mulheres. Solicitou incluir no PDTIS o terminal de passageiro do Porto.
- 142. WAYNE THOMAS ENDERS** – Acerca do item 6, elaborar projeto de proteção e recuperação das margens das lagoas de Pitangui, Genipabu e Jacumã, solicitou também a inclusão da lagoa de boqueirão em Touros.
- 143. JOSEMÁ DE AZEVEDO** – Acerca da recuperação das margens das lagoas citadas acima, disse que deve ser realizado um estudo prévio, a exemplo do que foi feito pela Secretaria de Infraestrutura da lagoa de Boqueirão em Touros.
- 144. CATARINA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA LEITE** – Solicitou fazer um levantamento junto à CAERN e Secretaria de Recursos Hídricos para saber quais estudos já existiam sobre as recuperações das lagoas.
- 145. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS** – Corroborou com Catarina no sentido de realizar o levantamento junto à CAERN e à Secretaria de Recursos Hídricos sobre os estudos existentes de recuperação das margens das lagoas.

- 146. ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA** – Explicou que a recuperação das lagoas é uma forma de preservação do ativo ambiental, das cautelas que devem ser tomadas, dado o fluxo de visitação naquelas lagoas, evitando, assim, açodamento pela prática intensa do turismo.
- 147. JOSEMÁ DE AZEVEDO** – Disse que os estudos são globais e envolvam sobretudo a proteção ambiental e não apenas se referem a capacidade hídrica. Insistiu na avaliação ambiental estratégica para Pólo Costa das Dunas.
- 148. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Sugeriu um estudo das lagoas, na área de abrangência do Pólo, com potencial turístico e não apenas as de Pitangui, Jacumã e Genipabu, a fim de fazer a recuperação de suas margens devido à intensa utilização de suas áreas.
- 149. SOLANGE ARAÚJO PORTELA** – Acerca ainda do assunto, disse que nas oficinas ficou acertado que seriam as lagoas com maior fluxo turístico.
- 150. JUREMA MÁRCIA DANTAS DA SILVA** – Acerca do item 11 que trata sobre a delimitação das áreas de preservação de recifes e corais de Pirangi, questionou por que Rio do Fogo e Maracajaú ficaram de fora.
- 151. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Respondeu que já existem para Rio do Fogo e Maracajaú áreas de preservação dos recifes e corais.
- 152. LEON AGUIAR (START)** – Disse que área de Pirangi é semelhante à de Maracajaú de recifes e corais, mas devido à degradação não é perceptível.
- 153. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Sugeriu contactar o IDEMA para saber sobre os aspectos técnicos sobre as áreas de Pirangi, Jacumã e Muriú no tocante aos recifes e corais.
- 154. TATIANA MORITZ** – Retornou a questão da acessibilidade levantada por Catarina, dizendo que durante a oficina existia uma pessoa portadora de necessidade especial que solicitou que o assunto fosse tratado durante a reunião do Conselho.
- 155. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Informou que apesar da redundância, já que os projetos devem obedecer à legislação no tocante à acessibilidade, é importante fazer referência no PDTIS.
- 156. CATARINA LÚCIA DE ARAÚJO LIMA LEITE** – Disse que participou da reunião Câmara Técnica em pipa e foi discutida a questão da demarcação das áreas de preservação ambiental. Sugeriu que o assunto fosse tratado no PDTIS, caso ainda não esteja contemplado.
- 157. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Sugeriu que fosse incluído o plano de manejo para delimitação das áreas de preservação ambiental.
- 158. ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA** – Informou que já existia um item que trata da criação dos planos de manejo das APAS.
- 159. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA** – Falou que além da criação, deve-se fazer também a demarcação e implantação das áreas a exemplo de Genipabu e Pipa.
- 160. ANA PAULA FELIZARDO** – Disse que foi discutida nas oficinas, porém não viu no item melhoria da qualidade ambiental a questão da utilização de fontes de energia alternativa e tecnologias limpas, bem como tecnologia da informação em alguns destinos do pólo, como telefonia móvel, acesso à internet, ampliação de caixa eletrônico em pontos estratégicos, pagamento com cartão de crédito, etc.

161. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS – Quanto á tecnologia da informação disse que foi acertado com a consultoria que não se deveria se colocar no PDTIS devido sua simplicidade para um plano que tem um horizonte de 10 anos, mas poderiam ser atendidas através de outras fontes alternativas.

162. JOSE MARIA VILAR DA SILVA – Disse que acredita serem importantes as questões levantadas por Ana Paula. Quanto às tecnologias limpas, disse que o Pólo poderia fazer um trabalho de Indução ou estímulo àquelas tecnologias. Registrou que faz 10 anos que o Pólo foi criado. Manifestou seus sentimentos dizendo que apesar do avançar da hora, já passando das 20:00 h, vários integrantes do Conselho permaneciam na reunião discutindo com muito entusiasmo e determinação as ações do PDTIS. Parabenizou a todos os presentes por fazer o Conselho cada vez mais forte em busca do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte.

163. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA – Em relação às palavras de José Maria, disse que os membros dos Pólos Costa Branca, Seridó e Serrano querem que referidos pólos tenham a mesma dinâmica do Pólo Costa das Dunas, porém esquecem que o Costa das Dunas tem mais de 10 anos de história.

164. SEVERINO FRANCISCO DE LIMA JÚNIOR (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Natal e Grande Natal – ASCAMAR) – Informou que esteve ausente do Pólo por algum tempo. Disse que representa o movimento nacional de Catadores de lixo, segmento este com mais de 800 catadores em todo o Brasil. Parabenizou o Pólo pela sua existência e disse que foi através dele que se iniciou a discussão acerca da reciclável do lixo. Disse ainda que sempre divulga as ações do Pólo. Falou que as cooperativas estão dispensadas de licitação para aquisição de serviços de coletas seletivas do lixo. Fez referência a duas últimas lâminas da apresentação sobre o PDTIS, ressaltando a necessidade dos municípios implantarem o programa de coleta seletiva do lixo. Sugeriu a inclusão no PDTIS dos planos integrados de resíduos sólidos dos municípios. Falou da Lei 11.445 que trata sobre o saneamento básico e permite a contratação das cooperativas para os serviços de coleta seletiva. Disse do interesse em voltar a participar das reuniões do Pólo. Entregou um livro encadernado com algumas fotografias a Fernando Fernandes que retrata a história, antes e depois, dos catadores no Brasil.

165. RUY RUBENS MAZUREK (Associação dos Empreendedores de São Miguel do Gostoso) – Disse que faz parte da associação que ‘cariosamente” foi chamada “A E do Gostoso” e que estava representando os empresários de São Miguel do Gostoso. Falou sobre dois episódios tristes, envolvendo tráfico de drogas e prostituição, que ocorreram em duas pousadas em São Miguel do Gostoso. Agradeceu ao Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Touros – Thomas – por ter levantado o assunto e que terá desdobramento através uma reunião específica envolvendo Prefeitos, empreendedores, Secretaria de Segurança Pública, representante do Governo do Estado, Secretaria de Estado de Turismo e Comando da Polícia Militar.

166. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS – Informou acerca da reunião da APA de Maracajaú que ocorrerá em 22/08 às 09h00min horas na estação ambiental do IDEMA.

167. LUIZ EDUARDO B. DA SILVA (Associação dos Empresários do Litoral Norte – ALNORTE – Portal de Maracajaú) – Falou da necessidade de representante da Secretaria de Turismo do Estado na reunião mencionada acima por Carlos Alberto, pois um dos assuntos a serem tratados será o sistema de gratuidade nos recifes dos corais e que os Fantours entrem também na gratuidade.

168. CARLOS ALBERTO FREIRE MEDEIROS – Sugeriu a Luiz Eduardo conversar com Assis – Coordenador da comissão, antes de se iniciar a reunião para tratar do assunto.

169. FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA – Repassou os compromissos gerados durante a reunião e em seguida deu por encerrada a 46ª. Reunião do Pólo Costa das Dunas.

Término: 20h00

COMPROMISSOS DA 46ª REUNIÃO DO CONSELHO:

COMPROMISSO	RESPONSÁVEL	PRAZO/ PROVIDÊNCIAS
1. Enviar através de e-mail, o Regulamento do Prodetur para os membros do Conselho do Pólo Costa das Dunas	Secretaria de Estado do Turismo - Setur	Prazo: até 31 de agosto de 2009
2. Articular encontro entre a Secretaria de Estado do Turismo e o Comando da Polícia do Estado, para discutir uma ação mais efetiva na região de Touros e São Miguel do Gostoso, no sentido de coibir o tráfico de drogas e a prostituição	Secretaria Executiva do Conselho do Pólo Costa das Dunas	Prazo: até 31 de agosto de 2009
3. Articular apresentação do projeto da Companhia Independente de Proteção ao Turismo – CIPTUR	Secretaria Executiva do Conselho do Pólo Costa das Dunas – contato: Capitão Marinho – 8839.8478 e Tenente Macedo - 8872.4844	Prazo: Próxima reunião do Conselho
4. Articular com a Secretaria de Infraestrutura do RN, apresentação das principais intervenções previstas com impactos de maior ou menor gravidade na atividade turística do Estado	Secretaria Executiva do Conselho do Pólo Costa das Dunas	Prazo: Próxima reunião do Conselho

Instituições Conselheiras Presentes (que foram representadas na reunião por seu titular ou suplente)

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH/RN
Associação Brasileira das Empresas de Eventos do RN – ABEOC
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES
Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo – ABRAJET/RN
Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB
Faculdade Câmara Cascudo
Fundação Comitê de Captação de Eventos de Natal (Convention & Visitors Bureau do Natal)
Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU/RN
Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN – IDEMA
Instituto FAL de Educação, Cultura, Meio Ambiente e Artes
Prefeitura do Município de Baía Formosa
Prefeitura Municipal de Ceará Mirim
Prefeitura do Município de Nísia Floresta
Prefeitura do Município de São Gonçalo do Amarante
Prefeitura do Município de Senador Georgino Avelino
Prefeitura do Município de Tibau do Sul
Prefeitura do Município de Touros
Procuradoria Geral do Estado do RN
Responsabilidade Social Posta em Prática – RESPOSTA
Secretaria de Estado da Infraestrutura – SIN
Secretaria de Estado do Planejamento das Finanças do RN – SEPLAN
Secretaria de Estado do Turismo do RN – SETUR
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN – SEBRAE/RN
Sindicato das Empresas de Turismo no Estado do RN - SINDETUR/RN
Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares – SHRBS
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
	Universidade Potiguar – UnP

Instituições Conselheiras Ausentes (que não foram representadas na reunião por seu titular ou seu suplente)

	Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV/RN
	Cooperativa de Desenvolvimento da Atividade Hoteleira e Turística – COOHOTUR
	Federação do Comércio de Bens e Serviços do RN – FECOMÉRCIO
	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO
	Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - IFRN
	Prefeitura Municipal de Parnamirim
	Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social – SESED
	Secretaria de Estado do Trabalho da Habitação e da Assistência Social – SETHAS

Lista de Participantes

1. Alexandro Ferreira	START Pesquisa e Consultoria Técnica
2. Aline Oliveira Viana	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
3. Ana Jamile da Cunha	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
4. Ana Maria Müller	Genipabu Hotel - Pousada Peixe Galo - Atlantis Viagens
5. Ana Patrícia Sousa e Silva	Instituto FAL de Educação, Cultura, Meio Ambiente e Artes
6. Ana Paula Felizardo	Responsabilidade Social Posta em Prática - RESPOSTA
7. André Lima dos Santos	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN - IDEMA
8. Antônio Leonardo da Silva	Associação de Moradores de Pirangi do Norte - AMOPIN
9. Antônio Marinho da Silva	Polícia Militar
10. Antônio Ranieri	International Tour Operadora
11. Aroldo Ferreira	Prefeitura Municipal de Pedra Grande
12. Artur de Souza	Universidade Potiguar - UnP
13. Augusto César da Silva	Polícia Militar
14. Bartira Seixas	Prefeitura Municipal de Ceará Mirim
15. Bruna Kelly Silva	Secretaria Municipal de Turismo do Município de Arez
16. Bruno Barbosa da Silva	International Tour Operadora
17. Carlos Alexandre Varella Duarte	Secretaria da Infraestrutura do RN - SIN
18. Carlos Henrique Bezerra	Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino
19. Carmen Vera Araújo de Lucena	Secretaria de Estado do Turismo - SETUR - Coordenadora da Coordenadoria Técnica
20. Catarina Lúcia de Araújo Lima Leite	Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do RN - SEPLAN
21. Catarina Raima	Universidade Potiguar - UnP
22. Celso Bezerra Cruz	Associação Brasileira de Bares e Restaurante do RN - ABRASEL/RN
23. Cintia Rocha	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
24. Cristiano da Costa Bezerra	Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino
25. Daniela Bezerra Tinoco Gomes	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN – SEBRAE/RN
26. Daniel Grippo	Hotel Enseada de Maracajaú
27. Edilenia Miranda	Universidade Potiguar - UnP
28. Edna Maria Furtado	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
29. Elba Alves Silva Teixeira	Secretaria Municipal de Turismo de São Miguel do Gostoso
30. Eliane Maria Ferreira Praça	EMPROTUR – Empresa Potiguar de Promoção do Turismo do RN
31. Eliene de Araújo Sousa	Universidade Potiguar - UnP

32. Emilson Santos	AELP
33. Erço de Oliveira Paiva	Prefeitura Municipal de Arez
34. Everaldo Moraes	Polícia Rodoviária Federal
35. Fátima Arruda Câmara	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - SEMOB
36. Fernanda Matias de Farias	Universidade Potiguar - UnP
37. Ferdinando Moura Tavares	Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RN
38. Fernando Bezerril	Secretaria Municipal de Extremoz
39. Fernando Fernandes de Oliveira	Secretaria de Estado do Turismo do RN - SETUR
40. Fernando J. Lessa Laudares	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo de Ceará-Mirim
41. Fillipe Anderson	Universidade Potiguar - UnP
42. Francisco Cardoso Neto	Associação de Moradores de Pirangi do Norte - AMOPIN
43. Francisco de Assis Araújo da Costa	Prodetur/RN – Coordenadoria de Meio Ambiente
44. Gaspar Cristiano Moreira	Secretario Municipal de Meio Ambiente de Tibau do Sul
45. George Alexandre Barreto Costa	Sindicato das Empresas de Turismo do RN - SINDETUR
46. George Gosson	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH/RN
47. George Ney Ferreira	Prefeitura Municipal de Nísia Floresta
48. Gilberto Oliveira	Secretaria de Turismo do Município de Maxaranguape
49. Glaucia Maria de M. Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
50. Helder Amaral	Pousada Farol
51. Hellys Eloy de Moura	Secretaria Municipal de Turismo de Arez
52. Henrique M. Dantas	Braseco S/A
53. Hugo Torres	Pólo de Turismo Ecológico e Aventura de Pitangui
54. Ilana Gaspar	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
55. Iluska L. L. Linhares	START Pesquisa e Consultoria Técnica
56. Jaiane Dantas de Medeiros	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
57. Jane Rabelo	Associação Viva Barra de Cunhaú
58. João Augusto da Cunha Melo	Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Tecnologia da Informação - SEMPLA
59. João Florêncio Filho	Prefeitura Municipal de Tibau do Sul
60. José Maria Vilar da Silva	Banco do Nordeste do Brasil S/A - Superintendente Estadual
61. João Vidal O. S. Neto	COOPERCRUTAC
62. José Torres Teixeira	Pousada Mar de Estrelas
63. Josemá de Azevedo	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES
64. Josineide Silva Monteiro	Universidade Potiguar – UnP
65. Jurema Márcia Dantas da Silva	Universidade Potiguar – UnP
66. Luana Ferreira Silva	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
67. Luiz Eduardo B. da Silva	Associação dos Empresários do Litoral Norte - ALNORTE
68. Magna Melo Barreto	Secretaria Municipal de Turismo de São José de Mipibú
69. Makran Giries Elali	Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN - SHRBS
70. Marcelo C. Milito	A. E. E. N.
71. Marcelo Taveira	Faculdade Câmara Cascudo
72. Marcelo Zigmond	Amanautica Maracaju
73. Márcia Alves dos Santos	Universidade Potiguar – UnP
74. Marenice M. Almeida	PRODETUR/RN – Secretaria de Estado do Turismo do RN
75. Mariana de Carvalho Costa	Universidade Potiguar – UnP
76. Maria A. Costa	Prefeitura Municipal de Portalegre - Secretaria de Turismo
77. Maria Cristina Lira	Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - ABRAJET
78. Maria da Glória Chaves Maia	Gerência Regional do Patrimônio da União para o RN - GRPU/RN
79. Maria de Fátima Dantas Neri	Prefeitura de São Miguel do Gostoso
80. Maria do Rosário Soares S. de	Pousada Chalés da Barra do Cunhaú

Maria	
81. Maria do Socorro Rabelo de Macedo	Prefeitura Municipal de Canguaretama
82. Marilene de Brito	PRODETUR/RN
83. Maurício Cavalcante	COOPBUGGY
84. Maurício Marques dos Santos	Prefeitura Municipal de Parnamirim
85. Maurício P. Martins	Educapipa
86. Mychelle Fernandes	Secretaria Municipal de Turismo Meio Ambiente e Desp. Econômico
87. Nara Célia Bezerra de Castro Leão	Secretaria Municipal de Turismo do Município de Arez
88. Nara Isabel D. Neri	São Miguel do Gostoso
89. Nathalia B. Santos	Universidade Potiguar – UnP
90. Neiwaldo Lucena Guedes	Fundação Comitê de Captação de Eventos de Natal (Convention & Visitors Bureau do Natal)
91. Norma Lúcia Maia de Miranda	Secretária de Turismo e Meio Ambiente de Baía Formosa
92. Olavo Dantas de Azevedo	Universidade Potiguar – UnP
93. Paulo Capistrano Neto	Restaurante Guinza
94. Paulo Polato	Promaga Empreendimentos Imobiliários Ltda
95. Paulo Roberto Diniz	Sol Natal Locadora
96. Paulo Roberto Vieira Lopes	Secretaria de Turismo do Município de Extremoz
97. Raimundo Nonato de Lima	Procuradoria Geral do Estado
98. Raimundo Eudes Fernandes	AELPE
99. Raphael R. C. S. R. Trindade	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante
100. Ricardo César Varella Duarte	PRODETUR/RN Subcoordenador de Transporte
101. Rinaldo Ribeiro Miranda	Pousada Miranda's
102. Rogério de Oliveira Costa	Universidade Potiguar – UnP
103. Rosana Ferreira de Souza	SENAI
104. Rosana Mara Mazaro	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
105. Rute Maria Rodrigues Pinheiro	Secretaria de Estado do Turismo do RN – SETUR – Coordenadora dos Grupos Temáticos do Pólo Costa das Dunas
106. Ruy Rubens Mazurek	Associação dos Empreendedores de São Miguel do Gostoso
107. Rubens Eduardo Oliveira	Prefeitura de São Miguel do Gostoso
108. Severino Francisco de Lima Júnior	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Natal e Grande Natal - ASCAMAR
109. Sylvia Serejo	Associação Brasileira das Empresas de Eventos do RN - ABEOC
110. Soares Júnior	Prefeitura Municipal do Natal
111. Solange de Araújo Portela	Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Nísia Floresta
112. Suely Teixeira de Farias	PRODETUR-RN
113. Tânia Maria da Fonseca Teixeira	Pousada Arraial do Marco
114. Tasso Soares de Lima	Banco do Nordeste do Brasil S/A – Secretário Executivo
115. Tatiana Moritz	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
116. Temilson Costa	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – FECOMÉRCIO / SENAC
117. Thiago Guedes de Medeiros	Prefeitura Municipal de Rio do Fogo
118. Vanessa Couto S. da Fonseca	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
119. Wallace Silva de Araújo	Dromedunas Turismo
120. Wayne Thomas Enders	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Touros
121. Willians Ribeiro	Universidade Potiguar - UnP
122. Yuri França Felix	Universidade Potiguar - UnP